



ANEXO I — POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. Responsável pelo Tratamento

Município de Caminha.

2. Encarregado de Proteção de Dados (DPO)

Contactável através dos canais oficiais da autarquia.

3. Finalidades do Tratamento

- a) Gestão de candidaturas e reservas;
- b) Controlo de acessos (físicos e digitais);
- c) Segurança de pessoas, bens e instalações;
- d) Comunicação com utilizadores;
- e) Cumprimento de obrigações legais.

4. Base Legal

- a) Art. 6.º, n.º 1, al. c) e e) do RGPD;
- b) Exercício de funções de interesse público;
- c) Cumprimento de obrigações legais em matéria de segurança e gestão pública.

5. Categorias de Dados Tratados

- a) Identificação e contactos;
- b) Dados de utilização do espaço;
- c) Registos de acessos;
- d) Imagens de videovigilância;
- e) Informação fornecida na candidatura.

6. Destinatários dos Dados

- a) Serviços municipais com competência na gestão do espaço;

- b) Autoridades públicas, quando legalmente exigido;
- c) Entidade gestora dos sistemas de segurança e rede.

7. Conservação dos Dados

- a) Registos de acesso: 90 dias (ou prazo legal aplicável);
- b) Imagens CCTV: prazo legal (normalmente 30 dias, salvo incidente);
- c) Dados de candidatura: enquanto durar a utilização acrescido de um ano;
- d) Outros dados: conforme obrigação legal.

8. Direitos dos Titulares dos Dados

- a) Acesso;
- b) Retificação;
- c) Limitação do tratamento;
- d) Oposição;
- e) Reclamação para a CNPD.

9. Medidas de Segurança

- a) Controlo de acessos físicos e digitais;
- b) Políticas de autenticação individual;
- c) Encriptação e registos de auditoria;
- d) Sistemas de videovigilância;
- e) Procedimentos de resposta a incidentes.

10. Incidentes de Segurança

O utilizador deve comunicar imediatamente qualquer incidente ao DPO ou à entidade gestora.

O Município cumpre os prazos legais de notificação à autoridade de controlo.